



OS NEXOS ENTRE AUSTERIDADE, ULTRALIBERALISMO E O AVANÇO DA EXTREMA DIREITA ATRAVÉS DO VOTO¹

Cristina Pereira de Araujo²

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma linha de convergência entre os programas de austeridade, a implantação de agendas ultraliberais e a criação de consensos, por meio do uso da esfera pública, como estratégia para o avanço da extrema direita global, chancelada pelo voto. Para tanto, traz uma narrativa histórica das políticas de austeridade e sua implementação no pós primeira Guerra buscando demonstrar os mecanismos de coerção e consenso adotados desde então, que vão desde o fascismo de Mussolini até o uso de algoritmos por meio das redes sociais para vender a imagem de candidatos antissistema que tentam emplacar experiências ultraliberais alinhadas ao espectro ideológico da extrema direita, como foi o caso de Jair Bolsonaro no Brasil. Conclui apontando para a necessidade premente de regulação das redes sociais e de se politizar a economia.

Palavras-chave: Austeridade, ultraliberalismo, voto, redes sociais, extrema direita.

THE LINKS BETWEEN AUSTERITY, ULTRA-LIBERALISM AND THE RISE OF THE FAR RIGHT THROUGH VOTING

Abstract

This article aims to present a line of convergence between austerity programs, the implementation of ultra-liberal agendas and the creation of consensus, through the use of the public sphere, as a strategy for the advancement of the global far-right, endorsed by voting. It presents a historical narrative of austerity policies and their implementation after the First World War, seeking to demonstrate the mechanisms of coercion and consensus adopted since then, ranging from Mussolini's fascism to the use of algorithms through social networks to sell the image of anti-system candidates who try to implement ultra-liberal experiences by the far-right ideological spectrum, as was the case with Jair Bolsonaro in Brazil. It concludes by pointing to the need for regulation of social networks and the politicization of the economy.

Keywords: Austerity, ultra-liberalism, voting, social networks, far-right.

Artigo recebido em: 31/10/2024 Aprovado em: 30/04/2025
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v29n1.2025.13>

¹ Agradecimentos ao CNPq e à Fundação Tide Setubal pelo fomento à pesquisa.

² Professora do PPG em Desenvolvimento Urbano e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: cristina.pereira@ufpe.br

1 INTRODUÇÃO: austeridade ontem e hoje

Lula amplia críticas ao Banco Central em meio a piora na projeção da inflação. Presidente diz que juros de 13,75% é 'vergonha'. Mercado eleva previsão do IPCA pela oitava vez (Manchete de capa do jornal Folha de São Paulo de 07/02/2023)

Haddad diz não ter prazo para cortes; dólar chega a maior valor desde 2021. Campos Neto [presidente do Banco Central] cobra ajuste e afirma que mercado duvida de inflação na meta (Manchete de capa do jornal Folha de São Paulo de 30/10/2024)

As capas dos jornais de grande circulação no Brasil dão o tom do discurso: o mercado 'anda preocupado' com a disciplina fiscal do governo. Com efeito, o dólar sobe e durante o dia, as rádios, os noticiários de TV e as redes sociais repercutem a notícia argumentando que o Estado precisa diminuir de tamanho e defendem a alta de juros para conter a inflação. Mas essa história não é só do Brasil.

Desde 2015, o 1% mais rico detém mais riqueza que o restante do planeta. Oito indivíduos possuem o mesmo valor financeiro que a metade mais pobre do mundo. A renda dos 10% mais pobres cresceu aproximadamente US\$ 65 entre 1988 e 2011 ao passo que a do 1% mais rico foi de US\$ 11.800, 182 vezes maior que a dos mais pobres. Para os próximos 20 anos, 500 pessoas transmitirão a seus herdeiros US\$ 2,1 trilhões; um valor maior que o PIB da Índia. O topo da pirâmide da riqueza global compreende 33 milhões de pessoas ou 0,7% das pessoas adultas do planeta que possuem mais de um milhão de dólares. Em contrapartida, a base da pirâmide, formada por pessoas com renda menor de US\$ 10mil, abarca 73,2% da população mundial. Essas são as reflexões trazidas pelo economista Ladislau Dowbor (2017) a respeito do crescimento da desigualdade no mundo e que corrobora com o movimento social Occupy Wall Street, que ocupou por dois meses o Zuccoti Park, localizado em Manhattan, distrito financeiro de Nova York, com o slogan "We are The 99%" em protesto ao aumento da desigualdade deflagrada pela crise financeira de 2008.

Dezesseis anos depois, a crise do capital ainda não arrefeceu e não se pode afirmar que há um novo modo de acumulação predominante, como ocorreu na transição entre fordismo e acumulação flexível, na década de 1970. O que se observa, de concreto, são experiências aqui e acolá, da tentativa de agudizar ainda mais a ideologia liberal, passando do neoliberalismo – que assistiu à crise financeira de 2008, para o ultraliberalismo, que defende a atuação livre do mercado, sem interferências governamentais e tampouco agências reguladoras, como é praxe ocorrer no neoliberalismo. Para que essa transição ocorra, constata-se dois mecanismos recorrentes ao longo da história, desde o final da Primeira Guerra: coerção e consenso. Durante o fascismo, observou-se a coerção, expressa pela ditadura de Mussolini que sufocou a tentativa de um novo regime. Após 1970, as técnicas de consenso e convencimento da maioria, de que as políticas de austeridade são o melhor caminho a ser seguido para diminuir a desigualdade, têm sido amplamente utilizadas, por meio da

diversificação de pautas e da despolitização da economia – cuja tarefa primeira é a independência dos bancos centrais, lição aprendida com os economistas liberais do pós Primeira Guerra (Mattei, 2023).

Este artigo busca justamente trazer uma linha de convergência entre os programas de austeridade, a implantação de agendas ultraliberais e a criação de consensos, por meio do uso da esfera pública, como estratégia para o avanço da extrema direita global chancelada pelo voto que, em última análise, busca preservar seu capital e concentrar ainda mais a renda nas mãos do 1% mais ricos. Para tanto, este artigo encontra-se organizado em cinco seções, além desta introdução.

Na primeira, toma como base o trabalho realizado pela economista Clara Mattei (2023) para realizar uma perspectiva histórica das políticas de austeridade remontando ao pós Primeira Guerra. A segunda seção apresenta o interregno dos “Trinta Gloriosos” decorrentes do modo de acumulação fordista e da implantação de políticas keynesianas que definiram uma nova relação Capital, Estado e Trabalho. Na sequência, tem como marco a crise de 2008 e trata do avanço da internet e das redes sociais, utilizadas como mecanismos de consenso em prol de agendas ultraliberais e consequente avanço de governos de extrema direita ao redor do mundo. Por fim, a quarta seção traz a experiência brasileira, narrando as políticas keynesianas dos governos Lula e Dilma (nossos “Doze Gloriosos”) e que foram interrompidas pelo consenso fabricado em prol da “ponte para o futuro”, desaguando na experiência ultraliberal proporcionada pelo governo Bolsonaro e sua persistência, como visto na recente eleição para a prefeitura de São Paulo, onde as redes sociais e o discurso antissistema continuam reverberando no voto da população. Nas considerações finais, aponta-se para o papel das redes sociais como fiadoras da ordem do capital e os desafios postos para a manutenção da ordem democrática.

2 A AUSTERIDADE COMO MÉTODO¹

O problema da democracia política era que as pessoas não entendiam o que era de seu interesse; elas tinham de ser afastadas das decisões econômicas para seu próprio bem. Hoje, as políticas de austeridade permanecem fundamentadas em um esforço de proteger a governança econômica da opinião pública – de evitar que a economia se torne política (Pantaleoni, *apud* Mattei, 2023, p.411 grifos nossos).

Assim declarou o economista Maffeo Pantaleoni em 1920 como resposta aos ordinovistas² que ansiavam por um novo modelo de sociedade. Durante a Primeira Guerra Mundial, tanto a Grã-Bretanha quanto a Itália tiveram que intervir fortemente em suas economias como parte do esforço de guerra, ou seja, “a prática capitalista do *laissez-faire* teve que ser desmantelada para que as nações sobrevivessem à guerra” (Mattei, 2023, p.59). Assim, se na ordem liberal, amparada por tal lógica (do *laissez-faire*), a autorregulação se dava pelos mercados, com o advento da Primeira Guerra, os Estados se viram obrigados a intervir na economia, nacionalizando as indústrias e as cadeias

produtivas. As empresas ainda continuavam sendo propriedade privada, contudo, deviam atender ao controle de produção e fixação de preços pelos respectivos Estados que inclusive passaram também a fixar os salários.

Com o armistício que pôs fim à Guerra em novembro de 1918, o capitalismo se via numa crise que avançava em duas frentes: de um lado, os trabalhadores que desafiavam as relações capitalistas de produção e de outro, os reconstrucionistas, uma elite que por dentro do Estado, também almejava introduzir uma série de políticas sociais que conduzissem a uma sociedade mais justa e igualitária. O movimento ordinovista havia enxergado no pós-Guerra a possibilidade de uma sociedade outra, pós-capitalista, onde política e economia andavam juntas. Para o filósofo e líder político Antonio Gramsci (*apud* Mattei, 2023, p.151):

Dizemos que o período atual é revolucionário porque a classe trabalhadora começa a exercer toda a sua força e sua vontade de estabelecer seu próprio Estado. É por isso que dizemos que o nascimento dos conselhos de fábrica é um grande evento histórico – o início de uma nova era na história da humanidade.

Durante os anos 1919-1920, os conselhos de fábrica tomaram a produção para si, demonstrando aos industriais que era possível manter o mesmo nível de produção obtendo a aquiescência do então chefe de governo italiano Giovanni Giolitti que argumentou na mesa de negociação entre as partes, em 19 de setembro de 1920, que:

[...] o momento histórico exigia uma transformação radical na relação entre capital e trabalho. Já não era tolerável que, na indústria, um homem devesse comandar e milhares obedecer. Devemos dar aos trabalhadores o direito de saber, de aprender, de se erguer, o direito de participar na gestão da empresa, de assumir parte da responsabilidade (Spriano, *apud* Mattei, 2023, p.179).

Naturalmente, tal movimento gerou uma reação por parte da classe industrial que criticava a postura benevolente dos reconstrucionistas expresso por líderes governamentais como Giolitti, em meio à crise capitalista do pós-Guerra. Foram as discussões realizadas durante as conferências de Bruxelas (1920) e Gênova (1922) que propiciaram o restabelecimento da velha ordem, a partir da austeridade, por meio de um duplo processo: coerção e consenso; trabalhar mais, consumir menos.

Para Mattei (2023), essas duas conferências implementaram a lógica da tecnocracia nos governos, ou seja, a partir de então, os economistas passaram a ter autoridade irrefutável no diagnóstico da situação econômica e alcançaram o *status* de uma posição neutra, como que desprovidos de conteúdo ideológico. Segundo eles, era necessário moldar os cidadãos para que se comportassem em acordo com as necessidades preditivas de acumulação do capital, e para isso teriam que tomar o remédio amargo da austeridade implementada nas três formas políticas: fiscal (cortes orçamentários, sobretudo na assistência social), monetária (aumento da taxa de juros e consequente redução de crédito) e industrial (disciplina e salários mais baixos).

Na Grã-Bretanha a austeridade foi implementada a partir do prognóstico realizado pelo economista Ralph Hawtrey, que trabalhava no Tesouro e foi precursor da teoria macroeconômica em defesa de um banco central independente, o que blindava as decisões econômicas do escrutínio da população. Em suas palavras: “o governo deve responder às críticas, pois sua estabilidade depende do apoio popular. O Banco Central, em contrapartida, é livre para seguir o preceito: ‘nunca explique, nunca se arrependa; nunca se desculpe’” (Hawtrey, *apud* Mattei, 2023, p. 277).

Para a economia hawtreiana, a estabilização de crédito necessitava de um gerenciamento monetário constante, e, para isso, o consumidor precisava ser subjugado. Seu modelo era simples e amplamente consensuado pela elite capitalista: a inflação ameaça a economia de mercado e ela ocorre por conta do comportamento indisciplinado dos consumidores, sobretudo, dos ‘escalões inferiores’, mais afeitos a serem gastões. Dito de outra forma: o aumento do consumo, gera um aumento de produção que por sua vez implica na contratação de mais trabalhadores conduzindo ao pleno emprego, e consequentemente, salários mais altos. Do ponto de vista do capital, a ameaça ao padrão de valor é iminente e para tanto, há de se implementar um programa de austeridade.

Na Grã-Bretanha, a austeridade fiscal foi implementada a partir da tributação dos bens de consumo e redução nos gastos sociais com o Geddes Axe, de 1921, que resultou em cortes nas áreas da defesa, educação, previdência social e saúde. A austeridade industrial atuou via privatizações, com supressão de todos os ministérios considerados supérfluos e lei antigreve. A austeridade monetária veio por meio do aumento da taxa de juros, o que inibia a tomada de empréstimos por parte dos comerciantes, que por sua vez conduzia à redução da produção e do emprego, gerando cortes na renda e aumentando o desemprego.

Entretanto, foi na Itália que a implementação da austeridade ganhou a sua expressão fascista e, por conseguinte, mais coercitiva. Em 29 de outubro de 1922, sob a chancela do Rei Vittorio Emanuele III, Benito Mussolini assumia oficialmente o poder como primeiro-ministro e o fez com a histórica Marcha sobre Roma onde, em seu discurso, prometeu despolitizar a economia do país, colocando um fim na interferência estatal e abraçando o lema: economia, trabalho e disciplina. Mattei (2023, p.284) traz uma interessante relação de codependência entre austeridade e fascismo:

A austeridade necessitava do fascismo – um governo forte e de cima para baixo que impusesse sua vontade nacionalista coercitivamente e com impunidade política – para obter sucesso imediato. O fascismo, inversamente, necessitava da austeridade para solidificar o seu domínio.

E assim Mussolini foi instalado como ditador oficial da Itália, amparado pelas *Leggi Fascistissime* (leis extremamente fascistas) dos anos de 1925-1926, amplamente apoiadas pelos

governos da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos que defendiam a necessidade de um homem forte e com poderes amplos para salvar o capitalismo das ideias revolucionárias dos ordinovistas.

Se Mussolini era o executor, Alberto Stefani, Maffeo Pantaleoni (citado na epígrafe dessa seção), Umberto Ricci e Luigi Einaudi eram os arquitetos da assim chamada economia pura, defendida como “uma parte teórica da ciência econômica, um núcleo de doutrinas, que independam de opiniões, bem como de predileções éticas, políticas e religiosas, algo semelhante à física e à matemática” (Mattei, 2023, p.298). Os quatro eram professores acadêmicos de ampla inserção nacional e internacional, e seus discursos amplamente veiculados pela imprensa nacional e internacional. Naturalmente, tratava-se de uma estratégia à busca do consenso acerca da austeridade fascista. Eles viam o fascismo como uma renovação de classe, dotada de políticos “jovens, enérgicos, cheios de vida e patriotismo, [...] determinados o suficiente para contrariar a vontade das massas e impor a austeridade” (Mattei, 2023, p. 308), e assim implementar a economia pura.

Com os preceitos da economia pura, moldou-se uma sociedade em que o capital, e não o trabalho, sustentasse a economia. Ou seja, seria o direito de propriedade e da herança que deveriam ser observadas e não o inverso, o trabalho como base para formação de capital, como sustentava Antonio Gramsci. Reforçava-se assim, uma composição classista, naturalizando a sociedade de classes sob a ótica capitalista. Nesse sentido, se as classes trabalhadoras eram deficientes da lógica de saber poupar é “porque sofriam de vícios incuráveis, como o consumo excessivo [...]. Ser pobre ou da classe trabalhadora era uma escolha e uma patologia”, sentenciava Pantaleoni (Mattei, 2023, p.303).

Contudo, era necessário dismantelar o que Gramsci e seus seguidores haviam plantado na cabeça e no coração dos trabalhadores de fábrica, já que nos virtuosos anos de 1919-1920, os conselhos de fábrica haviam provado ser possível um autogoverno. Somente um governo fascista para enfrentar esse ‘mal’ para retomar a ‘lei e da ordem’. E Mussolini executou esse papel: a violência fascista tornou-se uma constante contra as organizações dos trabalhadores, resultando em 1926 na prisão de Antônio Gramsci.

Sob o comando de Mussolini, assistiu-se ao aumento de juros, à expansão da base tributária sobre as classes mais baixas em detrimento da isenção de tributação para investimentos estrangeiros, aumento das privatizações, abolição dos sindicatos e redução dos salários por meio de decreto. O regime fascista foi derrotado durante a Segunda Guerra Mundial, momento em que se abriu portas para a experimentação do Welfare State e dos ‘trinta gloriosos’ do pós-Guerra.

3 WELFARE STATE E OS TRINTA GLORIOSOS: um interregno nas políticas de austeridade

Na verdade, nem o movimento de liberalização instaurado por volta de 1980 nem o movimento de estatização adotado em 1945 merecem o excesso de honrarias e indignações. É provável que a França, a Alemanha e o Japão tivessem recuperado seu atraso no crescimento depois do afundamento dos anos 1914-1945 qualquer que fossem as políticas implantadas (ou quase). O máximo que se pode dizer é que o estatismo não fez mal (Piketty, 2014, p.102).

Enquanto na Europa as políticas de austeridade durante a década de 1920 tiveram papel importante para sufocar a classe trabalhadora que almejava uma sociedade pós-capitalista, nos Estados Unidos experimentava-se a sedimentação de um novo regime de acumulação capitalista, o fordismo.

O ano era 1914, data simbólica para se considerar o início do fordismo, quando Henry Ford instituiu o dia de 8 horas de trabalho e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha de montagem de carros na sua fábrica no Estado do Michigan. Tomando como base os princípios de administração científica de Taylor, que consistia na decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas segundo padrões rigorosos de tempo e movimento, Ford introduziu a produção em série a partir da linha de montagem. Com o Fordismo, inaugurava-se a máxima enquanto regime de acumulação: produção em massa, para consumo em massa (Harvey, 2003).

No entanto, a regulamentação do regime só aconteceu de fato em 1933, quando Franklin Roosevelt assumiu a presidência dos Estados Unidos em meio a uma crise de superacumulação do sistema capitalista. Em 1929 a bolsa de Nova York entrou em colapso e com ela todo o sistema financeiro. O chamado *crash* se deu por conta da alta especulação nas ações americanas que elevou seus preços sobremaneira em um momento em que o país vivia do pleno emprego, da política monetária expansionista e do hiperconsumo, expresso pelo slogan *american way of life*. A chamada quinta-feira negra, a 29 de outubro de 1929, foi o primeiro dia de colapso, quando se registrou a venda de 12.894.650 ações. Em três dias, 15 bilhões de dólares haviam virado fumaça (Rossini, 2010).

Estados Unidos se viu mergulhado numa grande depressão, traduzido por falência bancária, desemprego em massa, queda da atividade econômica. Era um sinal de que o liberalismo, a política do *laissez-faire*, havia dado sinais de esgotamento: a autorregulação do mercado parecia ter falhado. Foi aí que Franklin Roosevelt decidiu adotar a política keynesiana³ que deu origem ao *New Deal*: o plano de recuperação econômica estadunidense e, com ele, a política do Estado do Bem-estar Social, o *Welfare State*.

Com o conjunto de intervenções realizadas pelo *New Deal*, a relação Capital, Estado e Trabalho deram o suporte necessário para a consolidação do fordismo enquanto regime de

acumulação capitalista. Dessa forma, coube ao Estado: i. o controle dos ciclos econômicos, que envolvia a estabilidade no emprego e os acordos salariais; ii. subsídio aos investimentos públicos em infraestrutura, como a construção de rodovias; iii. investimentos na área social, com subsídios nas áreas da saúde, educação e habitação. Tais investimentos por parte do Estado ofereciam possibilidade de aumento do consumo por parte da classe trabalhadora, em consonância com o lema da indústria fordista de “produção em massa para o consumo em massa”. Em contrapartida, ao capital corporativo cabia o investimento em capital fixo – mudanças das suas bases de produção com vistas à padronização do produto e, aos sindicatos, a adesão dos trabalhadores à nova divisão do trabalho, em troca de ganhos reais no salário (Harvey, 2003).

A maturação do fordismo enquanto regime de acumulação ocorreu com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, em que os Estados Unidos saem como o grande vitorioso e celebram o Acordo de Bretton Woods, ainda em 1944, com a adoção do dólar como moeda reserva mundial em substituição ao ouro. O modelo se expande para a Europa, Japão e Sul Global, possibilitando a formação de mercados de massa e de matérias-primas globais.

A nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) consolidou a tríade Estados Unidos, Europa e Japão como os maiores beneficiários das políticas keynesianas. Foi a época de ouro para esses países, consolidando o período de 1945 a 1975 como os “Trinta Gloriosos” (Piketty, 2014), caracterizado pela reconstrução das cidades no pós-Guerra, crescimento da produção e aumento real de salário. No entanto, o sistema fordista começava a dar sinais de exaustão.

Harvey (2014) sinaliza que o balão de ensaio para virada de chave em direção ao modelo neoliberal teve a cidade de Nova York como balão de ensaio. Diante dos problemas fiscais enfrentados pelo governo Nixon, o mesmo começou a cortar subsídios e a cidade, a enfrentar um desequilíbrio em seu orçamento. Sem ajuda do governo federal, os bancos de investimento se recusaram a rolar a dívida, o que levou Nova York a uma bancarrota técnica no ano de 1975. Os bancos de investimento, por sua vez, condicionaram os empréstimos à criação de instituições independentes que assumiram o orçamento da cidade. De um só golpe, conseguiu-se:

[...] jogar por terra as aspirações dos fortes sindicatos municipais da cidade, implementar congelamento de salários e cortes no emprego público e manutenção dos serviços sociais (educação, saúde pública e serviços de transporte). [...] Em meio a uma crise fiscal, fez-se uma redistribuição de riqueza favorável às classes altas. (Harvey, 2014, p.55, grifo nosso).

O resultado foi a reestruturação da cidade a partir de projetos de renovação urbana com projetos destinados à classe média e consequente expulsão da população pobre para as periferias. O êxito da política implementada e sua aceitação pela população a partir da venda da imagem de Nova York como centro cultural e turístico, amplamente difundida pela indústria de entretenimento de

Hollywood (Souza, 2020), possibilitou as pré-condições para a expansão do modelo que, facilitado pelo avanço das redes de computadores (Castells, 2008), ampliou o processo de desregulamentação dos mercados financeiros ao redor do mundo (Chesnais, 1996). Margareth Thatcher, no Reino Unido, Ronald Reagan nos Estados Unidos e Helmut Kohl, na Alemanha, foram os grandes executores da nova ordem (neo)liberal e do resgate da austeridade como forma de acumulação e concentração de riqueza.

O neoliberalismo, assim posto, foi a matriz ideológica de sustentação da nova ordem de acumulação do capital, qual seja a acumulação flexível⁴. O Estado devia agir como agente regulador e facilitador dos negócios. Como numa linha de continuidade com o programa de austeridade visto na seção anterior, aqui também se trabalhou para a restauração do poder de classe e, sobretudo, para se manter a dependência dos ditos 'países de terceiro mundo' em relação à tríade Estados Unidos, Europa e Japão (Rebelo Jr, 2002).

Um bom exemplo da política de austeridade decorrente do novo regime foi a adesão dos países da América Latina ao Consenso de Washington em troca da renegociação de suas dívidas que estavam na casa dos 60 bilhões de dólares⁵ (Harvey, 2014). Disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento estrangeiro direto, privatização, desregulação e propriedade intelectual formavam a espinha dorsal do receituário a ser seguido (Batista, 1994).

E dessa forma, o que se assistiu paulatinamente a partir de 1975 foi a prevalência da lógica liberal, agora sob o viés da neoliberalização, desmontando passo a passo as políticas keynesianas em nome das políticas de austeridade, nem que para isso fosse necessário a coerção do Estado, como visto nas ditaduras sul-americanas. Não há país do mundo capitalista que não tenha aderido à lógica neoliberal, até que se chega à crise de 2008.

4 A CRISE DE 2008 E O CAMINHO PARA O ULTRALIBERALISMO

A realidade objetiva não existe. Cada coisa se define, provisoriamente, em relação a uma outra, e sobretudo, cada observador determina sua própria realidade. [...] Os algoritmos da Apple, do Facebook e do próprio Google fazem com que cada um de nós receba informações que nos interessam (Da Empoli, 2023, p.174,175).

A crise financeira de 2008, cujo desfecho ainda está em aberto, foi provocada por um excesso de crédito imobiliário sem lastro financeiro. A 'crise das hipotecas *subprime*' teve seu marco no dia 15 de setembro de 2008 quando o banco de investimentos Lehman Brothers quebrou. Como consequência, os mercados globais de crédito e a maioria dos investimentos ao redor do mundo paralisaram. O cerne da crise era a avalanche de títulos de hipoteca 'tóxicos' nas mãos de vários

bancos, que foram comercializados por investidores como se os preços pudessem subir eternamente (Harvey, 2011).

Ao se avaliar as crises que ocorreram entre 1975 (Nova York) e 2008, Harvey (2011, p.16) sustenta que não há nenhuma novidade, posto que a lógica se mantém a mesma: “privatizar os lucros e socializar os riscos; salvar os bancos e colocar os sacrifícios nas pessoas”. No entanto, assim como ocorreu no início da década de 1970 em que as políticas keynesianas cederam lugar às políticas liberais, vislumbrava-se a possibilidade de retorno ao keynesianismo, num movimento cíclico, tão caro à ciência econômica. Nesse sentido, Harvey (2011, p.18) pondera de forma esperançosa: “a possibilidade de sairmos da crise de uma maneira diferente depende muito do equilíbrio das forças de classe. Depende do grau com que a massa da população se levanta e diz: ‘Já basta, vamos mudar o sistema’”. Contudo, ao que parece, essa energia das massas tem sido catalisada para o avanço da extrema direita e sua ideologia política, o ultraliberalismo.

O ultraliberalismo surge como ideologia modular⁶ no Colóquio Walter Lippmann⁷, ocorrido em 1938, na cidade de Paris. O foco era compreender as razões da crise de 1929. Dentre os 26 participantes, encontravam-se teóricos da escola austríaca, como Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises. Hayek entendia a crise como resultado do excesso da intervenção estatal e defendia o neoliberalismo, cabendo ao Estado a promoção de ações em prol do livre mercado, agindo como agente regulador. Mises, por sua vez, defendia a manutenção do *laissez-faire*, uma radicalização da lógica do livre mercado, sem quaisquer restrições, tendo na liberdade dos seres humanos de agirem como quiserem, o seu maior ideal. Daí serem chamados de libertarianos, anarcocapitalistas ou ultraliberais (Rocha, 2021) e por isso mesmo, identificados no espectro ideológico (Singer, 2021) como extrema-direita.

A construção do consenso em torno das agendas ultraliberais tem sido viabilizada pelas revoluções coloridas ou guerras híbridas, como sustenta Andrew Koribko (2018) e Jesse Souza (2020). Para os autores, essa seria uma resposta geopolítica dada por países como os Estados Unidos para desestabilizarem governos democraticamente eleitos mas em desacordo com os interesses da política estadunidense. Giuliano Da Empoli (2023) vai além, ao apresentar o processo político e social que possibilitou o surgimento de novos atores, de caráter populista, que têm viabilizado a ascensão da extrema direita global. Para o autor, é o aparecimento dos *spin doctors*, um grupo de consultores políticos especializados em *big data*, que estão por trás de líderes como Donald Trump, Boris Jonhson, Victor Orban, Benjamin Netanyahu e Jair Bolsonaro.

Da Empoli (2023) sustenta que a Itália continua sendo o berço de experiências políticas que depois se disseminam pelo mundo. Foi assim com o fascismo nos anos 1920 e, recentemente, com o Movimento 5 Estrelas (M5S). Em 08 de setembro de 2007, o blog que tinha à frente das telas o

comediante Beppe Grillo e por trás, o especialista em marketing digital Gianroberto Casaleggio, levou às ruas milhares de pessoas para protestar contra a “casta dos homens políticos corruptos que oprime os italianos” (Da Empoli, 2023 p. 49) no *Vaffancullo Day* [o dia do Vá se Foder]. Em 2016, o mesmo M5S elegeu Virginia Raggi como prefeita de Roma, advogada de profissão, sem experiência administrativa, um rosto desconhecido escolhido por Casaleggio para a função. O peculiar, segundo Da Empoli (2023), é o fato de que ela assinou um contrato concordando que o M5S tutelasse sua gestão de tal sorte que o site do blog fosse o canal de comunicação com os cidadãos romanos ao invés do site da prefeitura de Roma.

No mesmo ano, Donald Trump foi eleito presidente dos Estados Unidos e o Reino Unido saiu da União Europeia, aderindo ao Brexit. Por trás das campanhas, estava o estrategista Steve Bannon, diretor da empresa Cambridge Analytica, de propriedade do multimilionário americano Robert Mercer (Souza, 2020), que comprou o acesso a informações pessoais dos usuários do Facebook.

Em comum a todos esses processos estão a manipulação da raiva, da teoria da conspiração e das *fake news* associadas ao processo de mensageria personalizada modulada por algoritmos (Da Empoli, 2023; Souza, 2020; Silveira, 2019) para criar consenso e validar, por meio do voto, governos antidemocráticos. A partir da venda da ideia de antissistema, mais e mais *outsiders* e que se dizem fora da política, convencem seus eleitores de que são os nomes mais indicados para acabarem com a corrupção. O que não contam, é que por trás, está um projeto de austeridade e da implementação de ideias ultraliberais que visam diminuir ainda mais o papel do Estado. E no Brasil não foi diferente: em meio à pandemia, o país atravessava a sua experiência ultraliberal.

5 BRASIL EM DOIS ATOS E UM ENSAIO: Temer, Bolsonaro e Marçal

Em primeiro de janeiro de 2019, em Brasília, a cerimônia de posse do novo presidente Jair Bolsonaro foi celebrada com entusiasmo por dois principais aliados ideológicos na Europa e no Oriente Médio, o primeiro-ministro húngaro Viktor Orban e o israelense Benjamin Netanyahu, que estiveram presentes à capital brasileira. Mesmo ausente, Donald Trump fez questão de participar da festa expressando sua alegria no Twitter: “Os Estados Unidos estão com você!”. Resposta de Bolsonaro: “Juntos, sob a proteção de Deus, traremos prosperidade e progresso a nosso povos!” (Da Empoli, 2023, p.38)

O Brasil encarou a crise de 2008 como uma ‘marolinha’, nas palavras do então presidente Lula. As políticas redistributivas, como o Programa Bolsa Família e a elevação do salário mínimo em termos reais tinham mudado ‘a cara’ do Brasil. “Nunca antes na história desse país”, bordão utilizado pelo presidente Lula parecia expressar o sucesso das políticas públicas implementadas. Com efeito, durante as gestões petistas, de Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003 a 2015), o Brasil alcançou a posição de sexta maior economia do mundo⁸; o salário mínimo cresceu 77% em números reais; 23 milhões de empregos formais foram gerados e a taxa de desemprego registrada

no ano de 2014 foi de 4,8%. A extrema pobreza atingiu o patamar histórico de 3% e as pessoas em condição de pobreza passaram a ser 8,3%. O orçamento na educação aumentou 206% e a expansão de universidades e institutos federais cumpriu o processo de interiorização, contando inclusive com o incremento da presença de jovens negros nas universidades na ordem de 268%. A pasta da saúde também presenciou um salto orçamentário, de R\$ 30 bilhões em 2003 para R\$ 105 bilhões em 2015, resultando no recuo da mortalidade infantil em 45% e no aumento de 64% do atendimento na atenção básica (Campello, 2017; Mercadante; Zero, 2018).

O lulismo (Singer, 2012) conseguia transitar na política neoliberal incluindo setores da população na economia outrora aliados, como os números acima comprovam. Os recursos para tal feito advinham do boom de *commodities*, tendo a China como principal comprador e, sobretudo, da descoberta em 2006 do pré-sal, que garantia a manutenção (e ampliação) dos investimentos nas áreas de educação e saúde. Não à toa, se iniciou um alinhamento do Brasil junto aos BRICS e a criação do banco homônimo em 2014, como alternativa ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Estava posto à mesa um grupo de países do Sul Global desafiando o *status quo* do imperialismo estadunidense consagrado desde a Segunda Guerra Mundial.

Lula foi reeleito com folga em 2006 e sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010. No entanto, conforme alertou Singer (2018), foram muitas onças cutucadas com vara curta por Dilma, uma vez que, no auge de sua popularidade ‘ousou’ cutucar a quintessência da atividade capitalista: o lucro. Disse Dilma Rousseff em seu pronunciamento em rede nacional a 30 de maio de 2012⁹:

É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo. Estes valores não podem continuar tão altos. O Brasil de hoje não justifica isso. Os bancos não podem continuar cobrando os mesmos juros para empresas e para o consumidor, enquanto a taxa básica Selic cai, a economia se mantém estável e a maioria esmagadora dos brasileiros honra, com presteza e honestidade, os seus compromissos.

O setor financeiro, portanto, não tem como explicar essa lógica perversa aos brasileiros. A Selic baixa, a inflação permanece estável, mas os juros do cheque especial, das prestações ou do cartão de crédito não diminuem.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil escolheram o caminho do bom exemplo e da saudável concorrência de mercado, provando que é possível baixar os juros cobrados aos seus clientes em empréstimos, cartões, cheque especial, inclusive no crédito consignado.

É importante que os bancos privados acompanhem essa iniciativa para que o Brasil tenha uma economia mais saudável e mais moderna. É bom também que você, consumidor, faça prevalecer seus direitos, escolhendo as empresas que lhe ofereçam melhores condições.

A reação à sua fala foi imediata. As jornadas de junho de 2013, iniciada pelo Movimento Passe Livre¹⁰, cuja bandeira original foi dos vinte centavos, foi capitaneada pela elite conservadora que transformou a pauta inicial em combate à corrupção abrindo caminho para a espetacularização da operação Lava Jato (Souza, 2016, 2019, 2020). Com a vitória da presidenta Dilma para seu segundo mandato, em 2014, os ataques recrudesceram e a esfera pública (rádio, TV,

jornais, redes sociais) fez o papel de porta-voz da elite resultando no impeachment no ano de 2016, por meio de um golpe jurídico parlamentar, contando com o consentimento de milhares de pessoas que foram às ruas levantar a bandeira “Fora Dilma”. A essa altura, as redes sociais já funcionavam a pleno vapor no Brasil e movimentos de uma nova direita ganhavam destaque como o Vem pra Rua e o Movimento Brasil Livre (Rocha, 2021). Com a presidenta afastada, assumiu o poder o seu vice, Michel Temer, e com ele, o retorno ao neoliberalismo.

A Ponte para o Futuro foi o documento que serviu de baliza ao governo Temer, sob o discurso de que “todas as iniciativas aqui expostas constituem uma necessidade e quase um consenso no país” (PMDB, 2015, p.2) sentenciava que “o Brasil gasta muito com políticas públicas” (PMDB, 2015, p.19) e para tanto propunha equilíbrio fiscal, limites para despesas de custeio, transferência de ativos para a iniciativa privada, maior abertura comercial aos Estados Unidos, União Europeia e Ásia. Em uma análise sobre o documento, Cavalcanti e Venério (2017) utilizaram da técnica de nuvem de palavras para análise do discurso presente no referido documento. A palavra-chave fiscal é a que tem maior destaque, seguida de juro, crescimento, política pública e PIB, ou seja, escancara-se a preocupação com a economia e o remédio a ser indicado é a austeridade.

Ato contínuo, a Emenda Constitucional n.95 foi aprovada em 15 de dezembro de 2016 congelando por 20 anos os investimentos na área social, incluindo as áreas de educação e saúde. A economista Tania Bacelar adverte que o texto prevê contingenciamento apenas das despesas primárias e não toca nas despesas financeiras, ou seja, no pagamento a serviço da dívida e dos juros da dívida pública, decorrentes das altas taxas de juros praticadas no Brasil (Portela, 2016). Em 2017 foi a vez da reforma trabalhista: aprovou-se a terceirização para todas as atividades, passando a valer o negociado sobre o legislado; os sindicatos foram enfraquecidos. Em 2019, o Banco Central tornou-se independente (já na gestão Bolsonaro). Como se vê, nada de inovador no programa de austeridade, as medidas são as mesmas implementadas pelo Geddes Axe do governo britânico, em 1921.

Ao final do governo, pesquisa Ibope apontava que o governo Temer tinha 74% da população considerando o seu governo ruim ou péssimo e 88% desaprovavam a sua forma de governar. Durante esses dois anos, os programas sociais foram afetados, com uma redução de 94,9% no Minha Casa Minha Vida; houve cortes de R\$ 1bilhão no orçamento do Bolsa Família e de 80 mil nas bolsas integrais oferecidas pelo ProUni. De acordo com o IBGE, o desemprego passou de 11,2%, em maio de 2016 para 13,1% em abril de 2018, resultando em 12,8 milhões de desempregados (Mercadante, Zero, 2018; Bianchini, 2018).

Se Temer foi produto direto do golpe e da ação da esfera pública tradicional – rádio, jornais impressos e televisivos – em particular a cobertura feita pelo Jornal Nacional da rede Globo (Souza, 2016), a eleição de Jair Bolsonaro certamente se deve às redes sociais. Sua campanha, com

apenas 6 segundos de tempo de propaganda no rádio e na televisão, foi totalmente direcionada para as redes sociais (Borba; Dutt-Ross, 2021).

Para Souza (2020, p. 145), “as promessas não realizadas do neoliberalismo progressista deram margem ao surgimento de uma *nova direita*”, corroborando com o estudo de Rocha (2021) que se ocupou de compreender essa articulação a partir das redes sociais. Segundo a autora, em 2006, cerca de 75% dos usuários do Orkut eram brasileiros, numa época em que a internet ainda não era tão difundida para o público em geral. Seus adeptos, que tinham como referência Olavo de Carvalho, passaram a adotar uma estratégia discursiva chamada ‘política de choque’, que consiste numa “forma radical de chamar a atenção para determinados temas e demandas e aumentar a circulação pública de discursos que se opõem a um horizonte cultural percebido como dominantes” (Rocha, 2021, p. 104).

Ora, o plano de governo do candidato Bolsonaro nas eleições de 2018 possuía um caráter claramente ultraliberal, propondo o equilíbrio fiscal, o orçamento base zero, o avanço das privatizações, a independência do Banco Central, a redução de ministérios, a liberação de armas, a redução da maioria penal para 16 anos, o expurgo da ideologia de Paulo Freire da Base Nacional Comum Curricular, entre outras propostas (PSL, 2018). Bolsonaro venceu em 2018 com 55,13% dos votos contra Fernando Haddad que conquistou 44,87% dos votos válidos (TSE, 2018), numa eleição polêmica e envolta de notícias falsas (Valente, 2018).

Os quatro anos que se seguiram, tiveram o economista Paulo Guedes na pasta do ministério da economia. Para Batista Jr. (2021), do ideário ultraliberal ao qual se filiava, restou uma caricatura das promessas de campanha, posto que o Ministro teria se amoldado à fisiologia do Congresso e de seu chefe direto. Assim, a privatização efetiva foi apenas a da Eletrobrás – a preço abaixo do mercado, a reforma administrativa consistiu em tirar direitos dos servidores e a reforma tributária privilegiou a evasão de divisas para paraísos fiscais em que ele mesmo guardava recursos, conforme foi revelado pelo caso Pandora Papers. As políticas de austeridade implementadas conduziram o país mais uma vez ao aumento do desemprego, da fome e da pobreza. O IBGE atestou que em 2021 houve um aumento recorde da pobreza que passou a atingir 62,5 milhões de pessoas, ou seja, 29,4% da população brasileira (ante os 8,3% em 2015) ganhava o equivalente a R\$ 486,00 per capita e deste universo, 8,4% da população (ante os 3% em 2015) estava na linha da extrema pobreza, (sobre)vivendo com até R\$ 168,00 mensais per capita (Belandi, 2022). E para coroar a gestão, a pandemia de Covid-19, somada ao atraso na compra das vacinas, levou mais de 687 mil pessoas à morte. Mas, apesar de todos esses indicadores, Bolsonaro obteve 49,1% dos votos contra o presidente Lula¹¹ que conquistou 50,9% dos votos válidos (TSE, 2022).

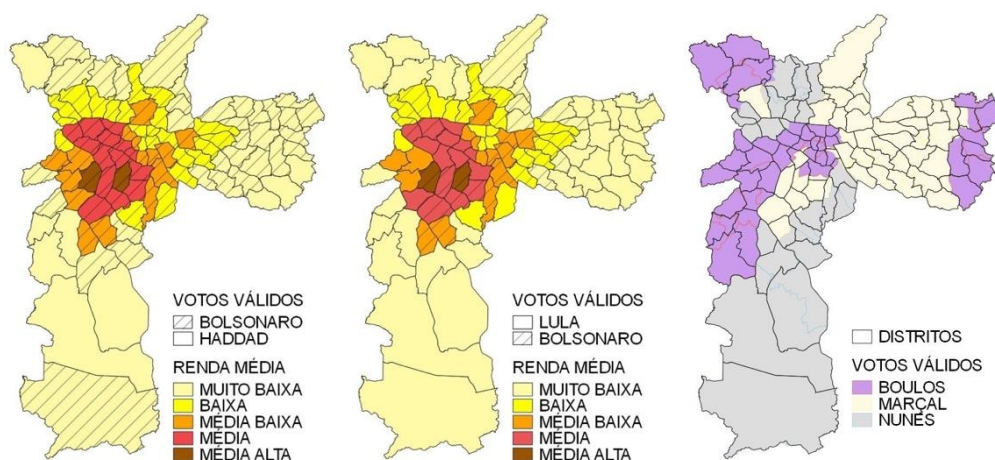
O ódio como política (Solano, 2018) foi a tônica da campanha de Bolsonaro, em total alinhamento com as experiências bem sucedidas de Donald Trump e dos líderes de extrema direita

européus narradas por Giuliano Da Empoli (2023), cujos bastidores eram operados pelos ‘engenheiros do caos’, como Steve Bannon. O que interessa para os fins deste artigo é apresentar essa linha convergente entre o programa de austeridade, a ideologia ultraliberal e a ascensão da extrema direita por meio do voto. Nesse sentido, a cidade de São Paulo, maior colégio eleitoral do Brasil, oferece elementos para reflexão do avanço da ideologia liberal na visão dos eleitores.

5.1 A cidade de São Paulo como espelho

Tomando-se o resultado das eleições presidenciais na capital paulista nos anos de 2018 e 2022 e da eleição para prefeito de São Paulo em 2024, primeiro turno, observa-se como tem se movimentado o eleitorado em direção às propostas ultraliberais. A cidade de São Paulo conta com 9.314.259 milhões de eleitores (TSE, 2022) distribuídos nos 96 distritos censitários. Pelo critério renda, 41 deles são classificados como renda muito baixa¹², ou seja, que percebem até 2 salários mínimos (IBGE, 2010). As figuras 1a e 1b trazem a representação da renda média por setor censitário e sua correlação com o voto. Em 2018, Bolsonaro venceu em todos os distritos centrais, com exceção da Sé; e também nas áreas de baixa renda, mas que se modificou em 2022, quando prevaleceu o voto no candidato apenas no arco norte-leste.

Referente as eleições para prefeito de 2024, o candidato Pablo Marçal trouxe um discurso antipolítico, chamando a todos os demais candidatos de ‘comunistas’ durante os debates televisivos. Sem nenhuma experiência anterior na política, se autodenomina “um dos maiores nomes do marketing e branding digital” e é possuidor de 1,8 milhões de seguidores no Instagram; 1,1 milhão no Youtube e outros milhares no Facebook e Telegram, de acordo com as informações em seu blog¹³. Na visão de Isabela Kalil (DIP *et. al*, 2024), a ideologia fomentada por Marçal é ultraliberal, o que fica claro em seu discurso de antipolítica, meritocracia, empreendedorismo e de que uma ‘mudança de mentalidade’ é a solução para a pobreza em São Paulo, quando entrevistado pelo programa Roda Viva. A figura 1c mostra que o arco norte leste, com exceção do extremo leste, e parte da classe média/ média alta deram preferência ao *coach*.



Figuras 1a e 1b: Votos válidos sobrepostos à renda média nas eleições presidenciais de 2018 e 2022.

Figura 1c: votos válidos nas eleições municipais de 2024, primeiro turno.

Fonte: TSE (2018, 2022, 2024)

É interessante notar como o papel da esfera pública enaltecendo a operação Lava Jato, a criminalização do PT – que culminou com a prisão de Lula e o apoio ao impeachment da presidenta Dilma foram fundamentais para fabricação do consenso em torno da necessidade de mudança (Souza, 2016, 2020; Nassif, 2024), oportunizando o aparecimento de um *outsider* com a bandeira anticorrupção. Apesar das políticas de austeridade implantadas durante a gestão Bolsonaro, seu público manteve-se fiel e organizado nas redes sociais, resultando na invasão da Praça dos Três Poderes em 08 de janeiro de 2023 por milhares de bolsonaristas que não concordavam com o resultado das eleições, alegando que a urna eletrônica havia sido fraudada. De fato, “uma falsa informação tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet, pois ela é, geralmente mais original que uma notícia verdadeira [...] a verdade consome seis vezes mais tempo que uma *fake news* para atingir 1.500 pessoas” (Da Empoli, 2023, p, 78).

6 CONCLUSÃO

“Yo soy el primer presidente anarcocapitalista del mundo” declarou Javier Milei quando ganhou as eleições para presidente na Argentina. Ato contínuo, a política de austeridade em curso tem resultado em mais de 50% da população argentina na linha da pobreza (Catto, 2024). Como disse Mattei (2023), a despolitização da economia é o pilar das políticas de austeridade e de uma economia liberal.

É assim que, sob a roupagem de um conservadorismo em nome da pátria – *make America great again*, usada na campanha de Donald Trump; *Netanyahu é bom para os judeus*, que elegeu um extremista como primeiro-ministro de Israel; *Acabe com a vontade deles de sorrir, votem*

'Leave'(a campanha do Brexit); a favor da identidade cultural 'secular' europeia –em nome de *Deus, pátria e família* de Victor Orban (Da Empoli, 2023); e de um conservadorismo cristão – com o lema *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, de Jair Bolsonaro*, assiste-se a ascensão de governos de extrema direita cancelados pelo voto.

'Já basta, vamos mudar o sistema', escreveu David Harvey. No entanto, dezesseis anos depois, o que se observou foi o avanço da ideologia liberal ao nível global, seja na manutenção de políticas neoliberais, seja na experimentação das ideias ultraliberaes. Em comum a ambas as políticas, é o registro do aumento da desigualdade mundial, expressa pela implementação das políticas de austeridade em resposta à pandemia de covid-19: mais uma vez, financiaram-se bancos e grandes empresas em detrimento da população em geral. O resultado, comparado com 2019, são 108 milhões de trabalhadores a mais jogados à extrema pobreza, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho e, por outro lado, "entre março de 2020 e março de 2021, os 2.365 bilionários do mundo aumentaram sua riqueza em 4 trilhões de dólares, elevando suas fortunas em 54%" (Mattei, 2023, p.419).

O carnaval é um golpe de Estado simbólico e durante o reinado de Zé Pereira, o rei Momo substitui a autoridade oficial, só que na atualidade, aqui e em outras partes do mundo, "o crescimento dos populismos tomou a forma de uma dança frenética que atropela e vira ao avesso todas as regras estabelecidas. Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades" (Da Empoli, 2023, p. 17).

E este é o desafio posto: enquanto não houver regulamentação das redes sociais, bilionários como Elon Musk, dono da rede social X (antigo Twitter) continuarão a espalhar desinformação e os 'engenheiros do caos' atuarão nos bastidores, manipulando raiva e ressentimento. Por outro lado, se despolitizar a economia foi o caminho encontrado há mais de um século para preservar o capitalismo e perpetuar o desenvolvimento desigual, o contrário também pode ser feito: afinal, nós somos os 99%.

REFERÊNCIAS

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**, São Paulo, v6, p1-56, novembro, 1994.

BATISTA JR, P. N. Paulo Guedes, o pitoresco. **A terra é redonda**, 18/10/2021. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/paulo-guedes-o-pitoresco/>. Acesso em 28 out. 2024.

BELANDI, C. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. **Estatísticas Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em->

2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012#:~:text=Em%202021%2C%20considerando%2Dse%20as,população)%20estavam%20na%20extrema%20pobreza. Acesso em: 15 abr. 2023.

BIANCHINI, L. Após dois anos de golpe, Temer deixa um Brasil destroçado. **Jornal Brasil de Fato**, de 28 de dezembro de 2018. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/28/apos-dois-anos-do-golpe-temer-deixa-um-brasil-destrocado>. Acesso em: 28 out. 2024.

BORBA, F.; DUTT-ROSS, S. Horário gratuito de propaganda eleitoral e a formação da opinião pública na eleição presidencial de 2018. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 27, n. 3, set-dez, p. 855-877, 2021.

CAMPELLO, Teresa (coord.). As faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Brasil, 2017. Disponível em: www.flacso.org.br. Acesso em: 13 mai. 2018.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CATTO, A. Argentina: pobreza dispara e atinge 15,7 milhões de pessoas; situação afeta 52,9% da população. Portal G1, 26/09/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/09/26/argentina-pobreza.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2024.

CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro? reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2023.

DIP, Andrea *et al.* Políticos como Marçal vendem projeto de riqueza ultraliberal, diz Isabela Kalil. **Pública**, 15 de setembro de 2024. Disponível em <https://apublica.org/2024/09/politicos-como-marcal-vendem-projeto-de-riqueza-ultraliberal-diz-isabela-kalil/>. Acesso em 28 out 2024.

DOWBOR, Lasdislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **A condição pós moderna**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). **Resultado do Universo do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab8.pdf.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAMEIRAS, M. A. P.; CARVALHO, S. S.; SOUZA JR, J. R. C. Nota técnica II: Inflação por faixa de renda. **Carta de Conjuntura**. Brasília, Ipea, n. 37, 4º trimestre, 2017.

MATTEI, Clara E. **A ordem do capital**: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo. São Paulo: Boitempo, 2023.

MERCADANTE, Aloizio; ZERO, Marcelo (orgs.). **Um legado para o futuro**: governos do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

NASSIF, Luís. **A conspiração da Lava Jato**: o jogo político que comprometeu o futuro do país. São Paulo: Contracorrente, 2024.

PMDB, Partido do Movimento Democrático Brasileiro. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A7es.pdf. Acesso em: 28 out 2024.

PSL, Partido Social Liberal. **O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo**, 2018. Disponível em http://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf. Acesso em: 30 ago. 2018.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PORTELA, L. Tânia Bacelar e a máquina brasileira de produzir desigualdade. **Vermelho: a esquerda bem informada**, 2016. Disponível em <https://vermelho.org.br/2016/11/08/tania-bacelar-pec-55-e-a-maquina-brasileira-de-produzir-desigualdade/>. Acesso em: 28 out. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 1945. 47ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006.

REBELO JUNIOR, Manoel. **O Desenvolvimento Sustentável: a crise do capital e o processo de recolonização**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, Mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROSSINI, G. A. A. A crise de 1929: um evento de proporções épicas e efeitos duradouros. **Revista de Economia da PUCSP**, v. 2, p. 280-285, 2010.

SILVA, Luiz I. L. **A verdade vencerá**: o povo sabe por que me condenam. São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVEIRA, Sergio. A. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e a escolhas políticas. São Paulo, edições Sesc, 2019.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011 – 2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, A. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, set./dez, p. 705-729, 2021.

SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: Leya, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso. Da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Portal de dados abertos, votação nominal ano 2018**. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-eleicao?p0_ano=2018&session=307256565590580. Base de dados, 2018. Acesso em: 18 fev. 2024.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Portal de dados abertos, votação nominal ano 2022**. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-eleicao?p0_ano=2022&session=307256565590580. Base de dados, 2022. Acesso em: 18 fev. 2024.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. **Portal de dados abertos, votação nominal ano 2024, primeiro turno**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-eleicao?session=205275396871197>. Acesso em: 14 out. 2024.

VALENTE, J. Fake news sobre candidatos inundam redes sociais em período eleitoral. Brasília: **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/um-dia-da-eleicao-fake-news-sobre-candidatos-inundam-redes-sociais>. Acesso em: 18 fev. 2024.

Notas

¹ Essa seção teve como referência bibliográfica a obra da economista Clara Mattei, a *Ordem do Capital: como os economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*.

² Em referência ao jornal semanal *L'Ordine Nuovo*, cuja fundação e liderança estava nas mãos de quatro jovens marxistas: Antoni Gramsci, Palmiro Togliatti, Ângelo Tasca e Umberto Terracini. A eles, se somavam outros intelectuais públicos, operários, trabalhadores administrativos e estudantes universitários que realizavam assembleias e discussões colaborativas no intuito de uma educação mútua, rumo a realização de um autogoverno do povo (MATTEI, 2023).

³ O economista britânico John Maynard Keynes publicou o relevante trabalho *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936, que trazia o investimento público como elemento fundamental para a acumulação do capital e não como um obstáculo, como pregava a teoria liberal (MATTEI, 2023).

⁴ Para Harvey (2003), as relações de produção foram totalmente alteradas em oposição à rigidez fordista. Dessa forma, observou-se setores de produção totalmente novos, atrelados à inovação comercial, tecnológica e organizacional – processo *just in time*. Foram criados novos padrões de consumo, alinhados à estética do pós-moderno; o setor de serviços foi potencializado, bem como as contratações temporárias e a terceirização, gerando mais precarização no trabalho, uma vez que a flexibilização geográfica permitia o controle do processo em um determinado país e a produção em outro, onde a mão de obra fosse mais barata.

⁵ Em seu interessante trabalho acerca do processo de recolonização do capital por meio do desenvolvimento sustentável, Rebelo Jr (2002) faz uma reconstituição de como as crises do petróleo vivenciadas em 1973 e 1978 foram estratégicas para explodir o endividamento de países da América Latina, entre eles o Brasil, para reimposição de uma dominação imperialista. Em linhas gerais, o Brasil mesmo sob a tutela dos militares, tentava se industrializar e o fez às custas de empréstimos que,

a bem da verdade, vinham e se acumulavam desde o advento da República (PRADO JR., 1999). Os 'cinquenta anos em cinco' de Juscelino Kubistchek e a execução do I Plano Nacional de Desenvolvimento, já sob tutela militar, ocorreu com forte participação do capital estrangeiro, inclusive de petrodólares, na implantação de indústrias, execução de rodovias, etc. Apenas para se ter uma ideia, a dívida externa passaria de US\$ 3,8 bilhões em 1968 para US\$ 12,6 bilhões em 1973 saltando para US\$ 21 bilhões em 1975. Dez anos depois, os militares deixariam o poder.

⁶ Rocha (2021, p.21) define ideologia política como “um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores que: 1) possui um padrão recorrente; 2) é sustentado por grupos relevantes; 3) é utilizado nas disputas em torno da adoção de planos para políticas públicas; e 4) procura justificar, contestar ou mudar arranjos sociais e econômicos”. Nesse sentido, as *macroideologias* seriam um grupo de “tradições mais amplas de pensamento, como o conservadorismo, o liberalismo, o socialismo e o fascismo”. Já as ideologias modulares se caracterizam por serem “menos desenvolvidas em relação às macroideologias no que diz respeito ao seu alcance e às suas ambições em fornecer resposta a uma gama mais ampla de problemas” (Rocha, 2021, p.22).

⁷ Walter Lippmann escreveu um dos principais livros na linha da psicologia social no ano de 1922: *The Public Opinion* e que foi base para a fabricação do consentimento das grandes massas, fundamental para o trabalho de dominação social realizado pela elite e sua imprensa (Souza, 2020).

⁸ Em dezembro de 2011, a consultoria britânica CEBR sinalizava que o Brasil teria ultrapassado a Grã-Bretanha, se tornando a sexta maior economia do mundo. Segundo o jornal britânico *Daily Mail* e reproduzido pelo portal UOL: “o Brasil, cuja imagem está mais frequentemente associada ao futebol e às favelas sujas e pobres, está se tornando rapidamente uma das locomotivas da economia global”. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/reportagem/brasil-se-torna-a-sexta-economia-do-mundo/>. Acesso em 28 out. 2024.

⁹ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-do-trabalho>. Acesso em 28 de out. 2024.

¹⁰ O jornalista Luis Nassif, na publicação “Xadrez da grande disputa pelo controle da opinião”, traz que a agência de marketing político Purpose, agência do Partido Democrata norte-americano, de propriedade de Jeremy Heimans e David Madden (fundadores da Avaaz e GetUp), teria elaborado “a estratégia para as movimentações pelo passe-livre, início das agitações que levaram, mais tarde, ao impeachment de Dilma”. Disponível em <https://jornalggn.com.br/xadrez-2/xadrez-da-grande-disputa-pelo-controle-da-opinio-por-luis-nassif/>. Acessado em 04 de julho de 2022.

¹¹ A narrativa da prisão injusta do presidente Lula para retirá-lo das eleições de 2018, sua absolvição e retorno como único candidato capaz de derrotar o bolsonarismo, como assim se convencionou chamar seus seguidores, pode ser encontrada nas obras do sociólogo Jesse Souza (2020, 2019, 2016) e do jornalista Luis Nassif (2024), além da entrevista dada pelo próprio Presidente (Silva, 2018).

¹² Em linhas gerais, o Ipea utilizou-se do modelo disponibilizado pelo IBGE (2010) para analisar as despesas e rendimentos da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008/2009. Das sete faixas múltiplas do salário mínimo adotadas pelo IBGE, o Ipea definiu seis: renda muito baixa (até 2sm), renda baixa (mais de 2 a 3sm), renda média-baixa (mais de 3 a 5sm), renda média (mais de 5 a 10sm), renda média-alta (mais de 10 a 20sm), renda alta (mais de 20sm) (LAMEIRAS, CARVALHO, SOUZA JR, 2017).

¹³ <https://blog.pablomarcas.com.br/quem-e-pablo-marcas/>. Acesso em 28 out. 2024.